XXXVI	Multa aos estabelecimentos que comercializem, armazenem e distribuam para comercialização vacinas, produtos e insumos de uso veterinário fora da temperatura recomendada para sua conservação, cujo valor será graduado da seguinte forma: a) em se tratando de vacinas: 1. Até mil doses de vacina; 2. De mil e uma até cinco mil doses; 3. De cinco mil e uma até dez mil doses; 4. Acima de dez mil doses; b) em se tratando de outros produtos e insumos de uso veterinário;	a.1) R\$ 943,56 a.2) R\$ 1.887,11 a.3) R\$ 3.774,22 a.4) R\$ 7.548,44 b) R\$ 2.516,15
XXXVII	Multa aos estabelecimentos que comercializem, armazenem ou distribuam para comercialização vacinas, produtos e insumos de uso veterinário e que: a) deixarem de comunicar recebimento de vacinas; b) comercializarem vacinas e produtos de uso veterinário sem realizar controle de estoque obrigatório ou sob controle deficiente; c) retiverem vacinas comercializadas; d) acondicionarem vacinas e produtos de uso veterinário em instalações e condições inadequadas; e) acondicionarem vacinas e produtos de uso veterinário sem equipamento adequado de registro de temperatura; f) comercializarem produtos de uso veterinário, de prescrição obrigatória, sem retenção da receita; g) comercializarem ou expuserem à venda produtos de uso veterinário com prazo de validade vencido; h) comercializarem ou expuserem à venda produtos de uso veterinário fracionados; i) comercializarem ou expuserem à venda produtos de uso veterinário sem indicação do número de licença, partida, data de fabricação ou validade; j) comercializarem ou expuserem à venda produtos de uso veterinário com rótulo, cartucho ou bula rasurado, com emendas ou danificados; k) comercializarem produtos veterinários sem registro nos órgãos competentes.	R\$ 1.258,07
XXXVIII	Multa àquele que: a) impedir, causar embaraços, resistência ou dificultar a realização de fiscalizações e inspeções sanitárias; b) descumprir as determinações de ordem sanitária do SVO/DF constantes de termo de fiscalização; c) desacatar o servidor durante o exercício da fiscalização;	R\$ 2.516,15
XXXIX	Multa aos transportadores, pessoas físicas ou jurídicas, de animais, seus produtos, subprodutos e derivados, e ovos férteis ou embrionados, provenientes de regiões definidas como "de risco" pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento que não portarem os documentos exigidos pela legislação federal;	R\$ 12.580,74
XL	Multa aos que produzirem comercializarem ou utilizarem na alimentação de ruminantes, produtos que contenham em sua composição proteínas e gorduras de origem animal ou outro componente considerado irregular por oferecer risco sanitário;	R\$ 2.767,76
XLI	Multa aos proprietários, condutores ou responsáveis que adentrarem os seus animais nos recintos onde estejam sendo realizados eventos pecuários sem a apresentação da documentação zoossanitária ao SVO/DF, conforme especificação contida neste decreto;	R\$ 377,42
XLII	Multa aos produtores de suínos que fornecerem restos de alimentos de qualquer procedência sem tratamento térmico que inative o vírus da PSC e da Febre Aftosa;	R\$ 251,61
XLIII	Multa por não registrar estabelecimento comercial avícola no Serviço Oficial;	R\$ 1.258,07
XLIV	Multa ao organizador ou promotor de eventos já licenciados que não observarem os requisitos necessários durante a realização do certame;	R\$ 1.258,07

ANEXO II

VALORES DAS MULTAS PREVISTAS NO § 2º DO ART. 19 DA LEI Nº 5.800, DE 10 DE JANEIRO DE 2017, QUE DISPÕE SOBRE A INSPEÇÃO SANITÁRIA E INDUSTRIAL DOS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, VEGETAL E DE MICRORGANISMOS PROCESSADOS NO DISTRITO FEDERAL.

INCISO	INFRAÇÃO	VALOR ATUALIZADO PARA 2019
Art. 19, § 2º inciso I	Leves	R\$ 1.034,58 a R\$ 6.207,46
Art. 19, § 2º inciso II	Graves	R\$ 4.138,31 a R\$ 82.808,37
Art. 19, § 2º inciso III	Gravíssimas	R\$ 16.563,79 a R\$ 207.020,93

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

COMISSÃO PERMANENTE DE DISCIPLINA

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 1º de fevereiro de 2019

Interessado: Comissão Permanente de Disciplina - CPD/SSPDF; Referência: Memorando nº 40/2019 - CPD/GAB/SSPDF (17665495); Assunto: Prorrogação de prazo para conclusão da Sindicância Investigativa nº 002/2018 - CPD/SSPDF (SEI/GDF nº 00480-00000710/2018-01 - restrito e SEI /GDF nº 00050-00053422/2018-39 - sigiloso). I - Consoante solicitação da Comissão Permanente de Disciplina, concedo 30 (trinta) dias de prorrogação de prazo, a partir do dia 02 de fevereiro de 2019, na forma do Art. 217, parágrafo único, da Lei Complementar distrital nº 840, de 23 de dezembro de 2011, para conclusão da Sindicância Investigativa nº 002/2018 - CPD/SSPDF (SEI/GDF nº 00480-00000710/2018-01 - restrito e SEI/GDF nº 00050-00053422/2018-39 - sigiloso), instaurada conforme Portaria nº 184, de 25 de setembro de 2018, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 190, de 04 de outubro de 2018, que visa apurar a materialidade e autoria de possíveis transgressões disciplinares decorrentes de irregularidades na gestão e execução do Contrato nº 43/2013-SSP, firmado entre esta Pasta e a HEPTA TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA, tendo por objeto a prestação de serviços de manutenção do ambiente tecnológico desta Secretaria de Estado da Segurança Pública.

ANDERSON GUSTAVO TORRES

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA

PORTARIA Nº 15, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2019

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais previstas no inciso V, do artigo 105, da Lei Orgânica do Distrito Federal, bem como, no artigo 211, da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, c/c com o inciso XX, do artigo 113, do Decreto nº 34.320, de 26 de abril de 2013, resolve:

Art. 1º Cessar os efeitos do sobrestamento do prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão designada para atuar no Processo Administrativo Disciplinar 0400.000.142/2017, determinado pela Portaria nº 125 de 10 de setembro de 2018, publicada no DODF de 12 de setembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO ANTÔNIO DO AMARAL CARVALHO

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

PORTARIA Nº 06, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 105, Parágrafo Único, inciso III, da Lei Orgânica do Distrito Federal, pelo § 4º do art. 9º da Lei Distrital nº 6.138, de 26 de abril de 2018, concomitante ao art. 8º do Decreto nº 39.393, de 19 de outubro de 2018, e pelo Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019, e demais atribuições, competências legais e regimentais, resolve:

Art. 1º Designar membros, Titulares e Suplentes, representantes do Poder Executivo junto à Comissão Permanente de Monitoramento do Código de Edificações do Distrito Federal - CPCOE, conforme o inciso I do art. 9º da Lei Distrital nº 6.138, de 26 de abril de 2018:

I - MATEUS LEANDRO DE OLIVEIRA e GISELLE MOLL MASCARENHAS para exercer a Função de Membro Titular e Suplente, respectivamente, como representantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH;

II - GRACO MELO SANTOS e PATRICIA VEIGA FLEURY DE MATOS para exercer a Função de Membro Titular e Suplente, respectivamente, como representantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH;

III - JOÃO EDUARDO MARTINS DANTAS e CRISTIANE GOMES FERREIRA GUSMÃO para exercer a Função de Membro Titular e Suplente, respectivamente, como representantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH;

IV - MARIA CRISTINA RIBEIRO e HELENA FERREIRA NORONHA para exercer a Função de Membro Titular e Suplente, respectivamente, como representantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH;

V - JOÃO EGMONT LEÔNIO JUNIOR e YHURY GUIMARÃES AGUIAR DE OLIVEIRA para exercer a Função de Membro Titular e Suplente, respectivamente, como representantes da Secretaria de Estado-Chefe da Casa Civil da Governadoria do Distrito Federal - CACI;

VI - GIULLIANO MAGALHÃES PENATTI e BIANCA ILHA PEREIRA para exercer a Função de Membro Titular e Suplente, respectivamente, como representantes da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP;

VII - FLÁVIO ARAÚJO DE OLIVEIRA e MARCO AURELIO DE CARVALHO DEMES para exercer a Função de Membro Titular e Suplente, respectivamente, como representantes da Secretaria Adjunta das Cidades do Distrito Federal - SACID;

VIII - SIMONE MARIA MEDEIROS COSTA e CLÁUDIO PONTES JUNQUEIRA para exercer a Função de Membro Titular e Suplente, respectivamente, como representantes da Agência de Fiscalização do Distrito Federal - AGEFIS;

IX - HELIANA MARIA MACHADO DA COSTA e MARCO AURELIO SOUZA BESSA para exercer a Função de Membro Titular e Suplente, respectivamente como representantes da Agência de Fiscalização do Distrito Federal - AGEFIS;

Art. 2º Designar membros, Titular e Suplente, da Sociedade Civil junto à Comissão Permanente de Monitoramento do Código de Edificações do Distrito Federal - CPCOE, conforme inciso III do art. 9º da Lei Distrital nº 6.138, de 26 de abril de 2018:

I - HELENA MOREIRA ALVES e TATIANA MARIA SILVA MELLO DE LIMA, como membro Titular e Suplente, respectivamente, como representantes da Ordem dos Advogados do Brasil - Conselho Seccional do Distrito Federal - OAB/DF, em substituição aos membros LEONARDO HENRIQUE MUNDIM MORAES OLIVEIRA e JANINE MALTA MASSUDA.

Art. 3º Ratificar a indicação dos representantes, da Sociedade Civil, estabelecidos conforme incisos II, IV, V do art. 9º da Lei Distrital nº 6.138/2018, designados por meio da Portaria nº 93, de 16 de julho de 2018, publicada no DODF nº 134, de 17 de julho de 2018.

Art. 4º Nos termos do art. 9º, inciso I, alínea "a" da Lei Distrital nº 6.138/2018, o titular do órgão gestor de planejamento urbano e territorial exerce a função de Coordenador da Comissão Permanente de Monitoramento do Código de Edificações do Distrito Federal - CPCOE.

Art. 5º Indicar LUIZ OTAVIO ALVES RODRIGUES, Subsecretário da Central de Aprovação de Projetos, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação - CAP/SEDUH, nos termos do art. 25º, do capítulo IX, do Regimento Interno da CPCOE, aprovado pelo Decreto nº 39.393/2018.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário

MATEUS LEANDRO DE OLIVEIRA

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA 122ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Aos vinte e nove dias do mês de janeiro de 2019, às onze horas, na sala de reuniões do Edifício Sede da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - CODHAB/DF, cadastrada no Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE sob o nº 53.5.0000331-2, e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº 09.335.575/0001-30, situada no SCS Quadra 06, Lotes 13/14, Bloco A, Brasília-DF, foi iniciada a reunião do Conselho de Administração, sob a direção do senhor LUIZ OTÁVIO ALVES RODRIGUES - Presidente do Conselho, e na presença dos Conselheiros, FRANCISCO DORION MORAIS e ELOY CORAZZA, e do Presidente do Comitê de Elegibilidade, José Antônio Martins Júnior 01. Foi aprovada e assinada a 2ª sessão da Ata da 121ª Reunião Extraordinária de 10/01/2019; 02. Tomou posse como membro do Conselho de Administração da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - Codhab/DF, conforme inciso II, artigo 13º, do Estatuto Social da Companhia, a pessoa a seguir qualificada: WELLINGTON LUIZ DE SOUZA SILVA, brasileiro, casado, graduado em Tecnologia de Segurança Pública, portador do RG nº 576.832 SSP-DF e inscrito no CPF nº 266.575.541-68, residente e domiciliado no SMPW Quadra 27, Conjunto 03 Lote 09 - Brasília-DF, Na sequência, o conselheiro devidamente empossado apresentou-se aos demais e versou sobre as atividades a serem desempenhadas por ele. 03. O Presidente do Conselho convocou a presente reunião para realizar a análise documental dos indicados por meio do Ofício SEI-GDF Nº 34/2019 - GAG/GAB (17561205), para ocupar Quadro de Diretores da Companhia, com base no encaminhamento dos processos pelo Comitê de Elegibilidade para o presente Conselho. 04. Ao iniciar a análise para apreciação do parecer conclusivo do Comitê de Elegibilidade formalizado em Atas, o Conselho de Administração registra que sua decisão acolhe a análise e relatório apresentado pelo referido Comitê, sem retroagir a nova análise documental e legal dos documentos comprobatórios dos indicados às Diretorias da CODHAB, nominados individual e formalmente pelo Acionista majoritário e único da CODHAB/DF, o Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, para constar na forma que se seguirá nesta Reunião. Ressaltando ainda, que a Lei 13.303 de 30/06/2016, dispõe sobre o que estabelece o estatuto jurídico da empresa pública no âmbito da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, em especial, o que dispõe em seu Art. 10, exigindo a criação de comitê estatutário para verificar a conformidade do processo de indicação e de avaliação de membros para o Conselho de Administração e para o Conselho Fiscal, com competência para auxiliar o acionista controlador na indicação desses membros. Ainda

respalda o entendimento deste Conselho, a Resolução da PRESI - SEI-GDF nº 265/2018, dando cumprimento a exigência legal, que em seu Artigo 5º estabelece, "O Comitê de Elegibilidade deverá se manifestar quanto à análise dos documentos comprobatórios, bem como quanto ao formulário anexo, referentes aos indicados para os Conselhos de Administração e Fiscal e para os cargos de Diretor-Presidente e Diretores, deliberando por maioria simples, com registro em ata". Segue o Artigo 6º da mesma Resolução que, "O Comitê de Elegibilidade deverá opinar, no prazo de até oito dias úteis, contado da data de recebimento, via SEI, dos documentos comprobatórios e do formulário padronizado, encaminhados pela Secretaria Executiva, sob pena de aprovação tática e responsabilização dos seus membros, caso se comprove o descumprimento de algum requisito". Assim justificado, o Conselho de Administração segue com as apreciações que precedem à deliberação proposta de nomeação para os Diretores da próxima gestão, em conformidade com o Artigo 4º do Regimento Interno e do Artigo 12, § 1º do Estatuto Social, ambos da CODHAB/DF e da Lei nº 4.020/2007. Que se registre que, a este Conselho de Administração cabe a deliberação, respeitando a autonomia do Comitê de Elegibilidade nas atividades investidas pela Resolução SEI-GDF nº 265/2018, com o resultado da análise apresentada na formalização em questão. 05. Em seguida passou a palavra para o Presidente do Comitê de Elegibilidade questionando-o se os indicados atenderam as diretrizes da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016. O Presidente do Comitê por sua vez relatou que ao analisar as documentações dos indicados, o colegiado entende que os indicados atendem as diretrizes da Lei citada acima. 06. Considerando a apresentação e posição favorável do Presidente do Comitê de Elegibilidade, conforme Ata - SEI, (17644490), Despacho- SEI, (17637549), o Conselho de Administração da CODHAB, no uso das suas atribuições que lhe confere o Art. 18 do Estatuto Social da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal, resolve HOMOLOGAR a nomeação dos indicados: ZENÓBIO OLIVEIRA ROCHA, para o Cargo de Diretor da Diretoria de Administração e Gestão da CODHAB/DF, MAURO DE PAULO ROCHA, para o Cargo de Diretor da Diretoria de Assistência Técnica da CODHAB/DF, para a gestão a indicar-se na data da formalização das respectivas posses na forma descrita em cada Termo, individualmente. 07. O Conselho ratifica ainda que, diante da posse da Diretoria constituída por indicação do Acionista majoritário, considera interrompido na data de 11 de janeiro de 2019, conforme publicação do extrato da Ata da 121ª Reunião Ordinária deste Conselho, o mandato dos Diretores: JORGE DANIEL SETTE GUTIERREZ, sob o CPF: 310.307.341-00, Diretor da Diretoria de Administração e Gestão e HAROLDO PINHEIRO VILLAR QUEIROZ, sob o CPF: 116.396.791-20, Diretor da Diretoria de Assistência Técnica, ora substituídos na forma disposta no item desta Ata. 08. Determina-se imediatamente providencias para publicação em imprensa oficial, justificado pelos cuidados com as responsabilidades reflexas para a Gestão desta Companhia. 10. O Conselho Administrativo considerando que o mandato do membro e presidente do presente Conselho, encontra-se em encerramento no dia de hoje, sugeriu provocar à Secretária de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação quanto a indicação e/ou recondução do mandato do cargo de Presidente do Conselho Administrativo, uma vez que, tal competência cabe a mesma considerando o Inciso I, Artigo 13º do Estatuto Social da CODHAB. 11. Nada mais havendo a se tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, eu, Ednaldo Roberto da Hora Júnior, secretário do Conselho, redigi a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada por mim, pelo Presidente e pelos membros do Conselho. Luiz Otavio Alves Rodrigues - Presidente do Conselho; Wellington Luiz - Conselheiro; Eloy Corazza - Conselheiro; Francisco Dorion Moraes - Conselheiro; Renato Bezerra - Secretário Executivo; José Antonio - Presidente do Comitê de Elegibilidade e Ednaldo Roberto - Secretário do Conselho.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

PORTARIA Nº 19, DE 21 DE JANEIRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições previstas no art. 236 da Lei Complementar nº 840 de 23 de dezembro de 2011 e tendo em vista o disposto nos artigos 211, 212 e 214, § 2º da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, e considerando o que consta no Processo nº 150.001693/2010 e no Processo SEI nº 00150-00011157/2018-75, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 18, de 17 de janeiro de 2019, publicada no DODF nº 014, de 21 de janeiro de 2019, página 05.

Art. 2º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância Administrativa, instaurada pela Portaria nº 481, de 20 de dezembro de 2018, publicada no DODF nº 242, de 21 de dezembro de 2018, pag. 64.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADÃO CÂNDIDO LOPES DOS SANTOS